# COP30 em Belém: Entre o Protagonismo Local e o Desarranjo Climático

**Autor(res)**

Antonio Marques Da Silva Júnior

**Categoria do Trabalho**

Trabalho Acadêmico

**Instituição**

UNOPAR | ANHANGUERA - CAMPUS CHAPECÓ

**Introdução**

A COP30 em Belém do Pará (Brasil) expõe a complexa intersecção entre o discurso climático e a dura realidade. A cidade, na Amazônia, enfrenta deficiências estruturais em saneamento, transporte e saúde e conta com apenas 16 mil leitos hoteleiros para os mais de 70 mil visitantes esperados, o que fez os preços dispararem, gerando preocupação internacional sobre a representatividade de países mais pobres. Soluções governamentais, como a Vila da COP (com derrubada de 10 hectares de mata) e navios de cruzeiro, buscam mitigar a crise.

Este cenário local reflete a insuficiência do financiamento climático em um contexto global de polarização e desarranjos, no qual as mudanças climáticas são palco de disputas comerciais e de narrativas. A reincidente saída dos EUA do Acordo de Paris sob Donald Trump, em 2017 e 2025, simboliza essa instabilidade. Trump suspendeu US$ 4 bilhões ao Fundo Verde para o Clima (GCF) e redirecionou a USAID para interesses internos, afetando US$ 14,7 milhões em projetos ambientais no Brasil.

Na mesma esteira, o "efeito Trump" ecoou no Brasil, culminando na aprovação da Lei nº 14.874/2024 (Nova Lei Geral do Licenciamento Ambiental), que instituiu, na prática, instrumentos que facilitam as atividades potencialmente degradadoras do meio ambiente e fragilizam a fiscalização, gerando críticas de retrocesso ambiental.

Neste contexto, a COP30 se mostra crucial para o enfrentamento das mudanças climáticas, oferecendo ao Brasil a oportunidade de retomar seu protagonismo ambiental e cobrar maior empenho global no financiamento internacional, essencial para a mudança do paradigma real dos impactados e o cumprimento das metas globais.

**Objetivo**

Este artigo busca compreender o cenário da COP30 em Belém, analisando as tensões entre a urgência climática e os interesses econômicos e geopolíticos. O foco recai sobre a atuação das partes envolvidas, com atenção especial ao desarranjo climático global e à nova legislação ambiental brasileira

**Material e Métodos**

A metodologia empregada consiste em uma revisão bibliográfica e documental. Serão utilizados artigos acadêmicos sobre geopolítica do clima, relatórios de organizações internacionais (como a Agência Internacional de Energia - IEA e a UNFCCC), e notícias de veículos de imprensa nacionais e internacionais. A análise abordará diferentes escalas, desde o paradigma global da geopolítica climática até a infraestrutura local de Belém

## Resultados e Discussão

A governança climática global, mediada pela Organização das Nações Unidas (ONU) através da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre a Mudança do Clima (UNFCCC), opera sob o princípio do consenso, o que frequentemente resulta em decisões diluídas e lentas (HISAMOTO, 2022). O primeiro Global Stocktake, concluído na COP28, já indicou que o mundo está fora do caminho para limitar o aquecimento a 1,5°C, pedindo uma "transição para longe dos combustíveis fósseis", mas sem um compromisso de "eliminação" (UNFCCC, 2023). A COP30 será crucial para avaliar a resposta dos países a este balanço.

A inconstância dos Estados Unidos da América (EUA) é um fator central nesse desarranjo. A saída do Acordo de Paris sob a administração Trump em 2025 não apenas paralisou a contribuição americana ao Fundo Verde para o Clima (GCF), mas também desmantelou programas de ajuda bilateral via USAID, afetando projetos ambientais no Brasil (O Eco, 2024). Essa instabilidade, marcada por uma política externa "America First" e pela priorização de interesses econômicos internos, envia um sinal devastador ao multilateralismo e à confiança na cooperação climática (Project Syndicate).

Paralelamente, apesar da crescente urgência climática, o investimento global em petróleo e gás continua robusto, impulsionado por fatores como a inflação de custos e a segurança energética pós-guerra na Ucrânia (IEA, 2024). Essa realidade global se reflete no Brasil, que, embora busque protagonismo climático, mantém planos de expansão da exploração de petróleo, especialmente na Margem Equatorial, com investimentos bilionários da Petrobras (Inesc, 2023). Tal postura gera críticas de "hipocrisia" e questionamentos sobre a coerência de sua política ambiental (Climate Home News, 2024).

A escolha de Belém para sediar a COP30, embora simbólica por levar o debate para a Amazônia, expôs as fragilidades estruturais da cidade. A crise de acomodações e a infraestrutura precária materializam a consequência da inação e do descumprimento das promessas de apoio financeiro por parte dos países desenvolvidos. Essa "realidade desnudada" de Belém oferece ao Brasil uma poderosa munição diplomática: a capacidade de transformar sua vulnerabilidade visível em uma ferramenta de barganha para cobrar o compromisso internacional com o financiamento climático, essencial para a efetivação da justiça ambiental e o cumprimento das metas globais (Teixeira, 2024).

Entretanto, o Brasil enfrenta internamente o desafio da polarização política, que foi determinante na aprovação da Nova Lei Geral do Licenciamento Ambiental (Lei nº 14.874/2024). Esta lei, vista como retrocesso ambiental por impor prazos rígidos e permitir liberações tácitas, é impulsionada por uma forte bancada ruralista e setores industriais no Congresso (Observatório do Clima, 2024). Essa correlação de forças políticas coloca o governo federal em uma posição delicada: enquanto busca reafirmar sua liderança climática globalmente, enfrenta pressões internas para flexibilizar a legislação ambiental e expandir a exploração de combustíveis fósseis. Essa dualidade enfraquece a credibilidade do país e dificulta a implementação de políticas ambientais ambiciosas, tornando o financiamento climático internacional ainda mais crucial para contrapor esses interesses e viabilizar uma transição justa e sustentável.

Assim, a COP30 em Belém do Pará se configura como um evento emblemático, que transcende a mera diplomacia climática para se tornar o palco central das contradições e desafios da governança ambiental global. A

realidade local de Belém, marcada por deficiências estruturais e uma crise de hospedagem, que fez quartos passarem de R$ 200,00 para cerca de R$ 2.000,00 reais, é um sintoma direto da lacuna de financiamento climático internacional e da instabilidade geopolítica (Agência Pública, 2024; World Resources Institute)

## Conclusão

Conclui-se, portanto, que a COP30 oferece ao Brasil uma oportunidade estratégica de transformar suas vulnerabilidades em uma poderosa alavanca diplomática. Destarte, o sucesso da COP30 dependerá, em última instância, da capacidade da comunidade global de superar o desarranjo atual e alinhar o discurso da urgência climática com ações concretas e justas, garantindo que a responsabilidade seja acompanhada dos meios necessários para a transição para um futuro sustentável.

## Referências

Agência Pública. (2025). Belém: obras da COP30 deixam famílias sem casa. Disponível em: https://apublica.org/2025/08/belem-obras-da-cop30-deixam-familias-sem-casa/

Climate Home News. (2025). Why accusations of Brazilian hypocrisy on climate are ill-judged. Disponível em: https://www.climatechangenews.com/2025/04/04/why-accusations-of-brazilian-hypocrisy-on-climate-are-ill-judged/

SOUZA, M. C. O. (2017). Do Protocolo Kyoto ao Acordo de Paris: uma análise das mudanças no regime climático global a partir do estudo da evolução de perfis de emissões de gases de efeito estufa. Disponível em: https://repositorio.unicamp.br/acervo/detalhe/1373123

IEA (International Energy Agency). (2024). World Energy Investment 2024. Disponível em: https://www.iea.org/reports/world-energy-investment-2024/

Inesc (Instituto de Estudos Socioeconômicos). (2023). Subsídios aos combustíveis fósseis no Brasil: é possível zerar e reverter o dano?. Disponível em: https://www.inesc.org.br/wp-content/uploads/2018/06/Resumo_executivo_combustiveis_inesc.pdf

O Eco. (2025). Fim da USAID compromete ao menos R$ 84 milhões em projetos ambientais no Brasil. Disponível em: https://oeco.org.br/reportagens/fim-da-usaid-compromete-ao-menos-r-84-milhoes-em-projetos-ambientais-no-brasil/

Observatório do Clima. (2025). Nota técnica detalha desmonte do licenciamento ambiental no Senado. Disponível em: https://www.oc.eco.br/nota-tecnica-detalha-desmonte-do-licenciamento-ambiental-no-senado/

Project Syndicate. (2025). Tackling Climate Change in the Age of Trump. Disponível em: https://www.project-syndicate.org/commentary/climate-crisis-in-age-of-trump-by-richard-haass-and-carolyn-kissane-2025-02

Teixeira, I. (2025). Izabella Teixeira sobre COP30: O mundo virá ao Brasil. CNN Brasil. Disponível em: https://www.cnnbrasil.com.br/nacional/norte/pa/izabella-teixeira-sobre-cop30-o-mundo-vira-ao-brasil